

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.755.986/26-0

INSTRUMENTO PARTICULAR



27ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

INTELIGENCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA LTDA.

CNPJ/ME nº 06.984.836/0001-54

NIRE 35.219.351.111

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

NOWVERTICAL BRAZIL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., sociedade limitada devidamente organizada e constituída na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 300, 10º andar, conjunto 104, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01318-903, inscrita no Brasil sob o CNPJ/MF nº 48.893.123/0001-25, neste ato representada pelo seu administrador Sr. **DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS**, brasileiro, casado, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.338.801-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 290.696.278-33, residente e domiciliado à Rua Madre de Deus, nº 179, Apartamento 151, Mooca, São Paulo/SP, CEP 03119-000 (doravante denominada “Sócia” e/ou “NowVertical Brazil”).

A única Sócia resolve, na melhor forma de direito, celebrar esta 27ª Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada denominada **INTELIGENCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.984.836/0001-54 e NIRE nº 35.219.351.111, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, sala 907, Edifício Sky Tower, Jaguaré, CEP 05319-000 (“Sociedade”), com Contrato Social original arquivado nas JUCESP sob NIRE nº 35.219.351.111, em sessão de 03 de agosto de 2004 e última alteração, arquivada sob Documentos nº 318.381/25-4, em sessão de 23/09/2025, de acordo com o que segue.

I. DESTITUIÇÃO DA DIRETORA ADRIANA CHRISTINE MACEDO, NOMEAÇÃO DOS NOVOS DIRETORES ERICO FELIPE ALEIXO E CAMILA KARNAKIS FILADELFO ANDRADE E COMPOSIÇÃO DE NOVA DIRETORIA

- 1.1.** Neste ato, a Sócia destitui a diretora Adriana Christine Macedo e nomeia como novos diretores da Sociedade o Sr. Erico Felipe Aleixo e a Sra. Camila Karnakis Filadelfo Andrade. Os Diretores Roberto dos Santos Guerra e Bruno Fabrin Guerra, neste ato, também são nomeados como Diretores Executivos, de forma que a Administração da Sociedade ficará a cargo da Diretoria composta pelos seguintes diretores:

DUCE SP

• **Diretores Sem Designação Específica:**

- a) **ERICO FELIPE ALEIXO**, brasileiro, casado, nascido em 11/02/1980, consultor de tecnologia, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.073.048-5, inscrito no CPF sob o nº 284.245.918-01, residente e domiciliado à Rua Piranhas, 50, Bloco 02, Apto 51, Bairro Vila Scarpelli, Santo André, Estado de São Paulo, CEP: 09050-080, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**; e
- b) **CAMILA KARNAKIS FILADELFO ANDRADE**, brasileira, casada, diretora de marketing, nascida em 23/01/1992, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.298.999-0 – SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 409.327.138-07, residente e domiciliada na Rua Martins, 218, apto 2206, Bairro Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05511-000, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**;

• **Diretores Executivos:**

- a) **DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS**, brasileiro, casado, nascido em 05/07/1982, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.338.801-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 290.696.278-33, residente e domiciliado à Rua Madre de Deus, nº 179, Apartamento 151, Mooca, São Paulo/SP, CEP 03119-000, para o cargo de **Diretor Executivo**; e
- b) **BRUNO FABRIN GUERRA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 29/11/1982, portador da Cédula de Identidade RGº 33.260.732-X–SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 312.213,148-07, residente e domiciliado na Rua Belchior de Azevedo, nº 156, apartamento 81B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**; e
- c) **ROBERTO DOS SANTOS GUERRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 5.899.842-1 (SSP/SP) e inscrito no C.P.F. sob nº.642.795.968-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Belchior de Azevedo, 222, Apto 103, Bloco 2, Vila Leopoldina CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**.

1.2. Em razão das alterações na Diretoria ora realizadas, a Cláusula 10 do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação:

***Cláusula 10.** A Diretoria da Sociedade será composta pelos seguintes Diretores (ou, individualmente, Diretor):*

• **Diretores Sem Designação Específica:**

- a) **ERICO FELIPE ALEIXO**, brasileiro, casado, nascido em 11/02/1980, consultor de tecnologia, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.073.048-5, inscrito no CPF

DUCE SP

sob o nº 284.245.918-07, residente e domiciliado à Rua Piranhas, 50, Bloco 02, Apto 51, Bairro Vila Scarpelli, Santo André, Estado de São Paulo, CEP: 09050-080, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**; e

b) **CAMILA KARNAKIS FILADELFO ANDRADE**, brasileira, casada, diretora de marketing, nascida em 23/01/1992, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.298.999-0 – SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 409.327.138-07, residente e domiciliada na Rua Martins, 218, apto 2206, Bairro Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05511-000, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**;

• **Diretores Executivos:**

a) **DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS**, brasileiro, casado, nascido em 05/07/1982, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.338.801-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 290.696.278-33, residente e domiciliado à Rua Madre de Deus, nº 179, Apartamento 151, Mooca, São Paulo/SP, CEP 03119-000, para o cargo de **Diretor Executivo**; e

b) **BRUNO FABRIN GUERRA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 29/11/1982, portador da Cédula de Identidade RGº 33.260.732-X–SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 312.213,148-07, residente e domiciliado na Rua Belchior de Azevedo, nº 156, apartamento 81B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**; e

c) **ROBERTO DOS SANTOS GUERRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 5.899.842-1 (SSP/SP) e inscrito no C.P.F. sob nº.642.795.968-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Belchior de Azevedo, 222, Apto 103, Bloco 2, Vila Leopoldina CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores ora designados ficam desde já investidos em seus cargos, dispondo de todos os poderes necessários à administração da Sociedade, inclusive para levar este Contrato Social a registro, observadas, contudo, as restrições legais e aquelas constantes deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo. Os Diretores poderão fazer retiradas de honorários mensais (pró-labore) fixados pelos Sócios em Reunião de Sócios.

II. DA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- 2.1. Neste ato, diante da alteração da Diretoria da Sociedade, a Sócia reforma o Contrato Social da Sociedade, consolidando-o na forma constante deste instrumento.

DUCE SP
CONTRATO SOCIAL DA
INTELIGENCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA LTDA.
CNPJ/ME nº 06.984.836/0001-54
NIRE 35.219.351.111

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO

Cláusula 1. A sociedade denomina-se INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.

Cláusula 2. A Sociedade tem sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Sala 907, Edifício Sky Tower, Jaguaré, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05319-000, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação tomada pela administração.

Parágrafo único A Sociedade possui uma única Filial, com Capital Social registrado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e com endereço em Brasília, Distrito Federal, SMAS 03, conjunto 03, Salas 215 e 216, Bloco C, Zona Industrial (Guara), CEP 71215-300. O objeto social da filial é o mesmo da Sociedade.

Cláusula 3. A Sociedade tem por objeto social:

- a. prestação de serviços de consultoria em informática, projetos, palestras, treinamentos e cursos;
- b. prestação de serviços de informática em geral, incluindo processamento de dados, desenvolvimento, distribuição, instalação, manutenção, assistência e suporte técnico, via telefone ou localmente;
- c. compra, venda, exportação e importação de equipamentos em geral, incluindo o comércio de software, bem como a importação e exportação dos mesmos; e
- d. representação no Brasil de outras empresas engajadas no desenvolvimento das atividades de criação, desenvolvimento, licenciamento e comercialização de software e hardware;
- e. participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior

DUCE SP

CAPÍTULO II – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Cláusula 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), dividido em 520.000 (quinhentas e vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas da seguinte forma:

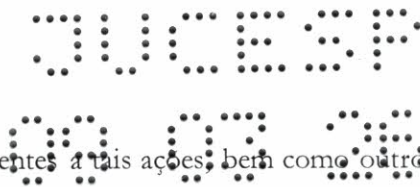
SÓCIO	QUOTAS	R\$	%
NOWVERTICAL BRAZIL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	520.000	520.000,00	100
TOTAL	520.000	520.000,00	100

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas respectivas quotas, sendo que todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, mas não respondem de maneira subsidiária pelas obrigações sociais.

Parágrafo Segundo. A cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Terceiro. Nenhum dos sócios poderá ceder qualquer de suas quotas a terceiros sem a previa e expressa anuência do(s) Sócio(s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo Quarto. A totalidade das quotas de emissão da Sociedade, representativas de cem por cento (100%) do seu capital social total (“Quotas”), de propriedade da Sócia (“Cedente”), bem como todos os direitos patrimoniais decorrentes das Quotas, incluindo, sem limitação, direitos de receber lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendimentos, distribuições, bônus, direito de subscrição, certificados, títulos ou quaisquer outros títulos conversíveis em quotas e quaisquer outros valores que possam ser creditados, pagos, distribuídos ou de outra forma entregues ao Cedente em relação às Quotas, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Quotas sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento, foram transferidos fiduciariamente como garantia para o HSBC UK BANK PLC, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Quotas, datado de 30 de maio de 2025, conforme alterado periodicamente (“Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia”), cuja cópia está arquivada na sede da empresa. O exercício dos direitos de



voto correspondentes a tais ações, bem como outros direitos a elas relacionados, como o de receber lucros, rendimentos e vantagens (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio), estão sujeitos aos termos do Contrato de Garantia Fiduciária. Todas as Quotas atribuídas fiduciariamente descritas acima não podem, em nenhuma hipótese, ser vendidas, cedidas, transferidas, vendidas ou oneradas, sem a aprovação prévia do HSBC UK BANK PLC, exceto conforme disposto de outra forma no Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

SEÇÃO I – REGRAS GERAIS

Cláusula 6. A administração da Sociedade incumbe à diretoria da Sociedade (“Diretoria”), sendo os membros da Diretoria eleitos (“Diretores” ou “Diretor”) para um mandato por prazo indeterminado, destituíveis a qualquer tempo por deliberação do Sócio.

Parágrafo Primeiro. O prazo máximo para investidura dos membros da Diretoria nos seus respectivos cargos será de 30 (trinta) dias contados da data da eleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo. Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão.

Parágrafo Terceiro. Compete ao Sócio, em reunião ordinária, fixar a remuneração dos membros da Diretoria.

SEÇÃO II - DIRETORIA

Cláusula 7. A Diretoria será composta por até 06 (seis) membros, podendo ser designados Diretores não Sócio, residentes ou não no país, eleitos na Reunião de Sócios, com mandato por prazo indeterminado, autorizada a destituição a qualquer tempo de qualquer dos Diretores. O número mínimo de membros da Diretoria será de 02 (dois) Diretores, dos quais ao menos 1 (um) deverá ser Diretor Executivo.

Parágrafo Primeiro. Ao menos um dos Diretores (Executivo ou Sem Designação

Específica) deverá ser residente no país.

Parágrafo Segundo. Os Sócios designarão, dentre os membros da Diretoria, os Diretores Executivos e os Diretores sem Designação Específica.

Parágrafo Terceiro. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, os Diretores remanescentes distribuirão entre si os encargos das funções do Diretor ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo Quarto. Nos casos de vacância por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou definitivo de qualquer membro da Diretoria, isto é, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, compete ao Sócio indicar, dentre os membros da Diretoria, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo, a ser realizado na primeira reunião de Sócios que se realizar subsequentemente. O Diretor substituto, então eleito, ocupará o cargo de Diretor até o término do mandato da Diretoria.

Cláusula 8. A indicação, nomeação e destituição de quaisquer Diretores da Sociedade demandará a aprovação do Sócio. A designação de Diretores para compor a Diretoria poderá ser realizada pelo Sócio em ato próprio devidamente registrado na competente Junta Comercial, independentemente de alteração deste Contrato Social.

Cláusula 9. Os Diretores, incluindo os Diretores Executivos, poderão se fazer representar nas reuniões da Diretoria e/ou em qualquer atividade realizada pelo Diretor por meio de procurador, com poderes específicos, devidamente constituído.

Cláusula 10. A Diretoria da Sociedade será composta pelos seguintes Diretores (ou, individualmente, Diretor):

- **Diretores Sem Designação Específica:**

- a) **ERICO FELIPE ALEIXO**, brasileiro, casado, nascido em 11/02/1980, consultor de tecnologia, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.073.048-5, inscrito no CPF sob o nº 284.245.918-01, residente e domiciliado à Rua Piranhas, 50, Bloco 02, Apto 51, Bairro Vila Scarpelli, Santo André, Estado de São Paulo, CEP: 09050-080, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**; e

DUCE SP
09 03 28

- b) **CAMILA KARNAKIS FILADELFO ANDRADE**, brasileira, casada, diretora de marketing, nascida em 23/01/1992, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.298.999-0 – SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 409.327.138-07, residente e domiciliada na Rua Martins, 218, apto 2206, Bairro Butantã, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05511-000, para o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**;

• **Diretores Executivos:**

- a) **DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS**, brasileiro, casado, nascido em 05/07/1982, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.338.801-X, inscrito no CPF/ME sob o nº 290.696.278-33, residente e domiciliado à Rua Madre de Deus, nº 179, Apartamento 151, Mooca, São Paulo/SP, CEP 03119-000, para o cargo de **Diretor Executivo**; e
- b) **BRUNO FABRIN GUERRA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 29/11/1982, portador da Cédula de Identidade RGº 33.260.732-X–SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 312.213,148-07, residente e domiciliado na Rua Belchior de Azevedo, nº 156, apartamento 81B, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**; e
- c) **ROBERTO DOS SANTOS GUERRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 5.899.842-1 (SSP/SP) e inscrito no C.P.F. sob nº.642.795.968-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Belchior de Azevedo, 222, Apto 103, Bloco 2, Vila Leopoldina CEP 05089-030, para o cargo de **Diretor Executivo**.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores ora designados ficam desde já investidos em seus cargos, dispondo de todos os poderes necessários à administração da Sociedade, inclusive para levar este Contrato Social a registro, observadas, contudo, as restrições legais e aquelas constantes deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo. Os Diretores poderão fazer retiradas de honorários mensais (pró-labore) fixados pelos Sócios em Reunião de Sócios.

Cláusula 11. A Diretoria é o órgão executivo da Administração da Sociedade, cabendo-lhe, dentro das normas deste Contrato Social, assegurar o funcionamento regular da Sociedade, tocando-lhe poderes para praticar todos e quaisquer atos e contratos relativos ao objeto social, exceto aqueles que, por lei ou por este Contrato Social, sejam de atribuição ou dependentes de autorização do Sócio.



Cláusula 12. São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor ou procurador que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais.

Cláusula 13. Os Diretores, declaram, sob as penas da lei, não estar impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de lei especial, ou com base em (i) ter sido considerados culpado de qualquer crime, (ii) qualquer sentença por qualquer crime ou de qualquer ordem que os proíba, ainda que temporariamente, de ocupar cargos públicos, (iii) quaisquer crimes falimentares, crimes de suborno, peita, peculato ou com qualquer crime contra a economia pública, o sistema financeiro nacional, as leis de concorrência, as relações de consumo, a confiança pública ou a propriedade.

Parágrafo Primeiro. Além de outros deveres e responsabilidades, os Diretores devem servir com lealdade à Sociedade e manter reserva sobre seus negócios, sendo-lhes vedado:

- a) Obter vantagem para si ou terceiros, em detrimento dos interesses da Sociedade;
- b) Usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Sociedade, as oportunidades empresariais de que tenham conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- c) Omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Sociedade ou, visando à obtenção de vantagens para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Sociedade;
- d) Adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que seja necessário à Sociedade, ou que esta pretenda adquirir;
- e) Adotar ou recorrer a práticas contábeis contrárias às regras contábeis brasileiras aplicáveis e aos principais fundamentais de contabilidade, as quais possam, de alguma maneira, alterar o resultado financeiro ou contábil da Sociedade; e
- f) Adotar ou recorrer a práticas tributárias contrárias às regras brasileiras aplicáveis, as quais possam, de alguma maneira, gerar passivos à Sociedade.

Parágrafo Segundo. Cumpre aos Diretores guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo, sendo-lhes vedado utilizar-se dessa informação para obter vantagem, para si ou para

outrem.

DUCE SP
09 03 26

Parágrafo Terceiro. Os Diretores devem zelar para que subordinados ou terceiros de sua confiança respeitem a obrigação de sigilo prevista no Parágrafo Segundo, acima.

Cláusula 14. Compete à Diretoria orientar e dirigir todos os negócios da Sociedade e, em especial:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Social, as deliberações dos Sócios e a legislação em vigor;
- b) administrar a Sociedade, provendo todo o necessário para realização do seu objeto social;
- c) elaborar, anualmente, o relatório de administração, as Demonstrações Financeiras, as Contas da Diretoria e as demais informações periódicas e eventuais a serem prestadas conforme regulamentação aplicável, bem como submeter o parecer do Conselho Fiscal, caso este último esteja instalado, a proposta para a destinação dos resultados do exercício;
- d) Submeter ao Sócio as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes;
- e) Executar os trabalhos que lhe forem determinados pelos Sócios da Sociedade;
- f) Assinar expedientes, correspondências e documentos relativos às atividades de comércio interno e internacional, respeitadas as demais alçadas e limitações previstas neste Contrato Social;

Parágrafo Primeiro. Compete aos Diretores Executivos, isoladamente:

- a) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, perante terceiros;
- b) Gerir e supervisionar os negócios sociais, praticando todos os atos necessários ao desenvolvimento dos objetivos da Sociedade no curso normal de negócios da Sociedade;
- c) Submeter ao Sócio toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação, em especial qualquer matéria que fuja ao curso ordinário de negócios da Sociedade;
- d) Conduzir o relacionamento com todas as entidades financeiras ou bancárias, seja de natureza pública ou privada, e a guarda de todos os valores e livros da Sociedade;
- e) Assinar isoladamente quaisquer contratos no curso normal de negócios da Sociedade junto a clientes e fornecedores que não gerem exposição ou responsabilidade da Sociedade em valor superior a R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais);

CLIPS

09 03 2016

- f) Realizar movimentações bancárias referentes a obrigações já validamente constituídas pela Sociedade até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

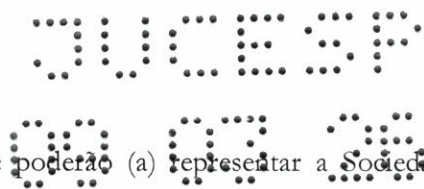
Parágrafo Segundo. Compete aos Diretores Executivos, em conjunto de pelo menos 2 (dois) ou após autorização do Sócio (a qual poderá ser conferida por simples e-mail):

- a) Realizar movimentações bancárias referentes a obrigações já validamente constituídas pela Sociedade em valores superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- b) Assinar quaisquer contratos no curso normal de negócios da Sociedade junto a clientes e fornecedores que gerem exposição ou responsabilidade da Sociedade em valor superior a R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais);
- c) Assinar quaisquer atos, instrumentos ou contratos que envolvam a alienação ou compra de bens imóveis, a constituição de ônus reais sobre quaisquer bens (móveis ou imóveis);
- d) Assinar quaisquer atos, instrumentos ou contratos que impliquem aumento de remuneração para qualquer dos colaboradores da Sociedade, exceto se feito em atendimento à determinação legal (o que, neste caso, poderá ser feito por ato isolado do Diretor Executivo);
- e) Assinar quaisquer atos, instrumentos ou contratos que representem a contratação de qualquer tipo de financiamento junto a entidades financeiras no Brasil e no Exterior;

Parágrafo Terceiro. Quaisquer outros atos para os quais o Diretor Executivo não tenha sido expressamente autorizado a agir isoladamente, nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula 14, dependerão de anuência de pelo menos um dos outros Diretores Executivos da Sociedade e/ou do Sócio da Sociedade. A anuência dos Diretores Executivos e/ou do Sócio da Sociedade poderá ser evidenciada por simples mensagem eletrônica (e-mail).

Parágrafo Quarto. Os Diretores Sem Designação Específica terão suas funções atribuídas pelo Sócio, além das previstas no decorrer deste Contrato Social. Em todos os casos, os Diretores Sem Designação Específica poderão representar a Sociedade perante terceiros (em juízo e fora dele), mas deverão sempre assinar em conjunto com um Diretor Executivo, sendo nulos e inoperantes perante a Sociedade e o Sócio quaisquer atos praticados por um Diretor Sem Designação Específica sem a anuência de pelo menos um dos Diretores Executivos.

Cláusula 15. Observado o disposto neste Contrato Social, os Diretores ou os procuradores



nomeados pela Sociedade poderão (a) representar a Sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipal, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; e (b) administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, respeitadas as deliberações tomadas pelo Sócio.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade poderá ser representada por procuradores outorgados com procuração (pública ou particular), mediante instrumento de mandato com limitação e especificação dos poderes conferidos e o prazo de sua duração (que não poderá ser superior a 2 (dois) anos), desde que referida procuração seja outorgada por instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, sendo pelo menos 1 (um) deles um Diretor Executivo.

Parágrafo Segundo. Os procuradores “ad judicia” poderão agir isoladamente e o prazo da duração de seu mandato poderá ser indeterminado.

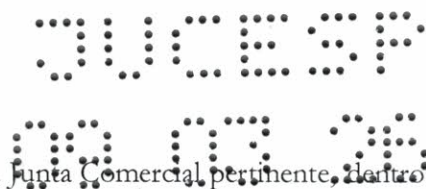
CAPÍTULO IV – DA REUNIÃO DE SÓCIOS

Cláusula 16. Exceto se for estabelecido de outra forma neste Contrato Social, uma Reunião de Quotistas anual deverá ser realizada dentro de 4 (quatro) meses subsequentes ao término de cada ano civil. Os Sócios podem também se reunir em outras ocasiões sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. As Reuniões de Sócios deverão ser convocadas pela Diretoria ou por quaisquer dos Sócios, por aviso escrito, através de e-mail ou correio expresso, ambos com aviso de recebimento, com pelo menos oito (8) dias corridos de antecedência, estabelecendo a data, hora e local da reunião, bem como, a ordem do dia.

Parágrafo Primeiro. A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela, conforme parágrafo 3º art. 1072 do Código Civil.

Parágrafo Segundo. As formalidades para a convocação das Reuniões de Quotistas deverão ser dispensadas se todos os Quotistas comparecerem à reunião ou declararem, por escrito, que estão cientes do local, data e ordem do dia para a reunião, ou caso uma decisão seja tomada pelos Quotistas em conformidade com o Parágrafo Terceiro, abaixo.

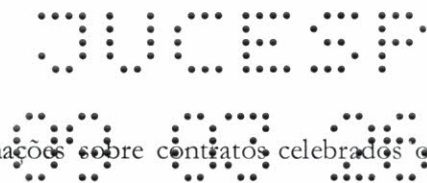
Parágrafo Terceiro. A ata da reunião deverá ser assinada por todos os Quotistas presentes, ou pelo número de quotistas exigido para a validade da resolução. A ata deverá



ser registrada na Junta Comercial competente, dentro de 20 (vinte) dias após a reunião, não sendo necessária a publicação da ata em qualquer jornal ou periódico.

Cláusula 17. Compete exclusivamente aos Sócios da Sociedade, reunidos em Reunião de Quotistas (ordinária ou extraordinária), nos termos do art. 1.071 do Código Civil:

- a) Aprovar as contas da administração da Sociedade;
- b) Designar e destituir os membros da Diretoria da Sociedade, quando feito em ato separado, observado o quanto previsto neste Contrato Social;
- c) Fixar as atribuições dos membros da Diretoria, observado o quanto previsto neste Contrato Social;
- d) Alterar este Contrato Social;
- e) Deliberar pela incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- f) Deliberar pela nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- g) Deliberar pelo requerimento de recuperação judicial, extrajudicial e/ou falência da Sociedade;
- h) Deliberar pela exclusão de sócio, respeitado o quanto disposto neste Contrato Social;
- i) Deliberar pela alienação de bens imóveis ou constituição de ônus reais sobre estes;
- j) Deliberar pela instalação do Conselho Fiscal da Sociedade e eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos seus membros;
- k) Deliberar acerca da destinação dos resultados da Sociedade;
- l) Deliberar sobre aumento do capital social, por subscrição em dinheiro, bens ou créditos, com ou sem direito de preferência,
- m) Deliberar pela redução do capital social da Sociedade;
- n) Definir os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de quotas aos administradores e empregados da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- o) Decidir, em última instância, todo e qualquer empate em deliberações da Diretoria da Sociedade;
- p) Estabelecer a orientação geral dos negócios da Sociedade, fixando as diretrizes e objetivos básicos anuais e de longo prazo;
- q) Aprovar o regimento interno da Sociedade;
- r) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade



- s) Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
- t) Convocar as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias de Sócios;
- u) Manifestar-se sobre o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Contas da Diretoria;
- v) Aprovar a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Sociedade, visando a auxiliar a Diretoria, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho;

Parágrafo Quarto. Todas as resoluções da Sociedade, com exceção das matérias excetuadas neste Contrato Social, deverão ser tomadas pela aprovação dos Quotistas representando a maioria do Capital Social.

Parágrafo Quinto. As seguintes alterações deverão ser aprovadas por sócios que representem, no mínimo, 2/3 do capital social: (i) exclusão de sócios; (ii) transformação, incorporação, fusão ou cisão, na forma estabelecida pela legislação vigente, da Sociedade ou pela Sociedade; (iii) requerimento de recuperação judicial, extrajudicial e/ou falência da Sociedade.

Parágrafo Sexto. Um Quotista poderá ser representado nas reuniões por outro quotista ou por um procurador nomeado através de procuração especificando todos os atos autorizados. A procuração deverá ser apresentada para registro na Junta Comercial, juntamente com a ata da Reunião de Quotistas.

CAPÍTULO V – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Cláusula 18. O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrará em 31 de dezembro de cada ano civil. Dentro dos 4 meses seguintes ao encerramento de cada ano civil, os Administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico e levantando o Balanço Geral da Sociedade, de acordo com as Normas IFRS.

Parágrafo Primeiro. Em um período de quatro meses após o encerramento do exercício social, os sócios deverão rever a prestação de contas dos Administradores, as

DUCE SP

demonstrações financeiras e o Balanço Geral da Sociedade e deverá adotar uma resolução aprovando os precedentes ou estabelecendo quaisquer modificações.

Parágrafo Segundo. A distribuição de lucros será realizada obedecendo-se a proporção do capital social detida pelos Quotistas. Entretanto, os Quotistas, por unanimidade, poderão deliberar pela distribuição de lucros desproporcionais às participações societárias de cada Quotista na Sociedade.

Parágrafo Terceiro. Os prejuízos eventualmente apurados poderão ser destinados à conta de “prejuízos acumulados”, para posterior compensação com lucros futuros ou suportados pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, conforme deliberação dos sócios.

Cláusula 19. A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VI – SUCESSÃO, EXCLUSÃO DE SÓCIO, DISSOLUÇÃO PARCIAL, APURAÇÃO DE HAVERES E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 20. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação valor patrimonial líquido contábil, sendo este o único método pactuado e aceito entre os sócios, não podendo ser aplicado qualquer outro método de avaliação por mais privilegiado que seja, e que deverá ser verificado em balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, tendo como data base o último dia do mês imediatamente anterior ao ato que ensejou a saída de determinado sócio da Sociedade e deverá ser pago em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias após a definição do valor da apuração dos haveres, devendo as parcelas serem corrigidas pelo IPCA/IBGE.

Parágrafo Primeiro. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, inclusive em caso de exclusão do Sócio.

DUCE SP

00 00 00

Parágrafo Segundo. Poderá ser excluído, por justa causa, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa ou que, no exercício de suas atribuições, atue contra os interesses da Sociedade, conforme deliberado em Reunião de Sócios especialmente convocada para este fim, respeitado o quórum de deliberação previsto neste Contrato Social. Neste caso, a Sociedade e os demais sócios deverão notificar o sócio cuja exclusão se objetiva para que este, querendo, exerça o contraditório e a ampla defesa na reunião de sócios especialmente convocada para o fim de exclusão do sócio notificado. Decidindo-se pela exclusão do Sócio, seus haveres serão apurados e pagos, conforme previsto no caput da cláusula 21 deste Contrato Social.

Cláusula 21. Em caso de dissolução aplicar-se-á a disposto nos Artigos 1.087, 1.102 e seguintes do Código Civil, devendo os haveres da Sociedade serem empregados na liquidação das obrigações remanescentes, se houver, rateados entre os Sócios na proporção do número de quotas que cada um possuir.

CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cláusula 22. A Sociedade, seus Sócios e Diretores bem como seus herdeiros e/ou meeiros e/ou sucessores a qualquer título se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, bem como entre eles e a Sociedade, vinculada direta ou indiretamente às relações jurídicas estabelecidas em conexão com este Contrato Social e às normas aplicáveis (“Conflitos”). Essa previsão inclui, mas não se limita, a controvérsias relativas à administração da Companhia, além de disputas sobre exercício do direito de voto, alteração do capital social, distribuição de lucros, transferência de ações, dissolução (total ou parcial), apuração de haveres, liquidação, exclusão de sócio e a responsabilidade civil dos Administradores.

Parágrafo Primeiro. A arbitragem deve ser instituída de acordo com o regulamento de arbitragem (“Regulamento”) da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) vigente à época do início do procedimento arbitral. A administração e condução correta dos procedimentos arbitrais deve ser incumbência da CCI, e observará:

- (a) A arbitragem deve ser conduzida por árbitro único, a ser nomeado de acordo com o Regulamento.
- (b) A sede da arbitragem será São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil onde a sentença arbitral será proferida.
- (c) O idioma usado no procedimento arbitral será o português, admitindo-se, sem qualquer tradução, a utilização de documentos em inglês; e,

JUCESP

09 03 26

(d) A arbitragem será Confidencial;

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo ao compromisso arbitral, qualquer dos interessados poderá recorrer ao Judiciário: (a) para exigir a instauração do processo arbitral; (b) para obter medidas cautelares para proteção de direitos antes da instituição da arbitragem; (c) para impor/executar qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral, e (d) para pleitear anulação da sentença arbitral quando permitido por Lei. Nenhuma ação acima será interpretada como renúncia à arbitragem como único método de resolução de conflito escolhido para julgamento dos méritos dos Conflitos.

Parágrafo Terceiro. Caso qualquer uma das Partes recorra ao Judiciário nas circunstâncias previstas nesta Cláusula, as Partes elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir essas questões, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Qualquer medida liminar provisória proferida pelo Poder Judiciário permanecerá em vigor apenas até que o tribunal arbitral tenha proferido uma decisão sobre a questão.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23ª A Sociedade será regida por este Contrato Social, e pelas disposições legais aplicáveis as Sociedades de Responsabilidade Limitada de acordo com o Código Civil Brasileiro (“Código Civil”), e supletivamente, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo quaisquer alterações a estas Leis.

Dessa forma, os sócios assinam o presente instrumento particular, juntamente com os administradores ora eleitos, em formato exclusivamente digital, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

[Restante da página deixado propositalmente em branco]

DUCE SP

[Página de Assinaturas da 27ª Alteração do Contrato Social Da Inteligência De Negócios, Sistemas E Informática Ltda.]

Sócio:

Daniel Vasconcellos

NOWVERTICAL BRAZIL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

Por seu administrador: DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELOS

Diretores:

Daniel Vasconcellos

DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS

Erico Felipe Aleixo

ERICO FELIPE ALEIXO

ROBERTO DOS SANTOS GUERRA

ROBERTO DOS SANTOS GUERRA

BRUNO FABRIN GUERRA

BRUNO FABRIN GUERRA

Camila Karnakis Filadelfo Andrade

CAMILA KARNAKIS FILADELFO ANDRADE

Testemunhas:

26 fev 2026, 11:58:44	Operador com email amanda.kawakami@mluis.adv.br na Conta 1b71ad73-f685-468a-ad4e-8c9a38c15e80 adicionou à Lista de Assinatura: camila.karnakis@in1.com.br para assinar como diretor(a), via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Camila Karnakis.
26 fev 2026, 11:58:44	Operador com email amanda.kawakami@mluis.adv.br na Conta 1b71ad73-f685-468a-ad4e-8c9a38c15e80 adicionou à Lista de Assinatura: kelli.macedo@mluis.adv.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Kelli Cristina Macedo.
26 fev 2026, 11:58:44	Operador com email amanda.kawakami@mluis.adv.br na Conta 1b71ad73-f685-468a-ad4e-8c9a38c15e80 adicionou à Lista de Assinatura: nualla.santiago@mluis.adv.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Nualla Fernanda de Andrade Santiago.
26 fev 2026, 12:12:20	Kelli Cristina Macedo assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail kelli.macedo@mluis.adv.br. CPF informado: 329.211.688-04. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8ebb52(...), vide anexo manuscript_26 fev 2026, 12-12-09.png. IP: 177.33.53.60. Componente de assinatura versão 1.1392.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 fev 2026, 12:23:18	BRUNO FABRIN GUERRA assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail bruno.guerra@in1.com.br. CPF informado: 312.213.148-07. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4f7455(...), vide anexo manuscript_26 fev 2026, 12-22-01.png. IP: 177.92.113.122. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.54338919397108 e longitude -46.73203613546484. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1392.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 fev 2026, 13:06:28	DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail daniel.vasconcellos@in1.com.br. CPF informado: 290.696.278-33. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo ae7b37(...), vide anexo manuscript_26 fev 2026, 13-04-13.png. IP: 179.208.88.215. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.55847082592249 e longitude -46.59915827587941. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1392.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 fev 2026, 13:06:28	DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail daniel.vasconcellos@in1.com.br. CPF informado: 290.696.278-33. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo ae7b37(...), vide anexo manuscript_26 fev 2026, 13-04-13.png. IP: 179.208.88.215. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.55847082592249 e longitude -46.59915827587941. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1392.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
26 fev 2026, 17:38:29	Camila Karnakis assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail camila.karnakis@in1.com.br. CPF informado: 409.327.138-07. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo d703f3(...), vide anexo manuscript_26 fev 2026, 17-37-39.png. IP: 186.215.49.87. Componente de assinatura versão 1.1392.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .

Anexos

DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS

Assinou o documento enquanto representante legal e diretor(a) em 26 fev 2026 às 13:06:28

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo ae7b37(...)

Daniel Vasconcellos

DANIEL PIRES CABRAL DE VASCONCELLOS

manuscript_26 fev 2026, 13-04-13.png

Nualla Fernanda de Andrade Santiago

Assinou o documento enquanto testemunha em 27 fev 2026 às 09:22:49

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 5449be(...)

Nualla Fernanda de Andrada

Nualla Fernanda de Andrade Santiago
manuscript_27 fev 2026, 09-18-59.png

Erico Felipe Aleixo

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 27 fev 2026 às 10:08:00

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 92e284(...)

Erico Felipe Aleixo

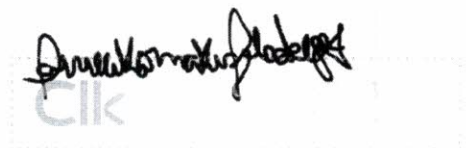
Erico Felipe Aleixo
manuscript_27 fev 2026, 10-07-22.png

Camila Karnakis

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 26 fev 2026 às 17:38:29

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo d703f3(...)



Camila Karnakis
manuscript_26 fev 2026, 17-37-39.png

Kelli Cristina Macedo

Assinou o documento enquanto testemunha em 26 fev 2026 às 12:12:20

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8ebb52(...)



Kelli Cristina Macedo
manuscript_26 fev 2026, 12-12-09.png

BRUNO FABRIN GUERRA

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 26 fev 2026 às 12:23:18

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 4f7455(...)

BRUNO FABRIN GUERRA

BRUNO FABRIN GUERRA
manuscript_26 fev 2026, 12-22-01.png

ROBERTO DOS SANTOS GUERRA

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 27 fev 2026 às 12:05:59

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo c569f6(...)

ROBERTO DOS SANTOS GUERRA

ROBERTO DOS SANTOS GUERRA
manuscript_27 fev 2026, 12-05-38.png